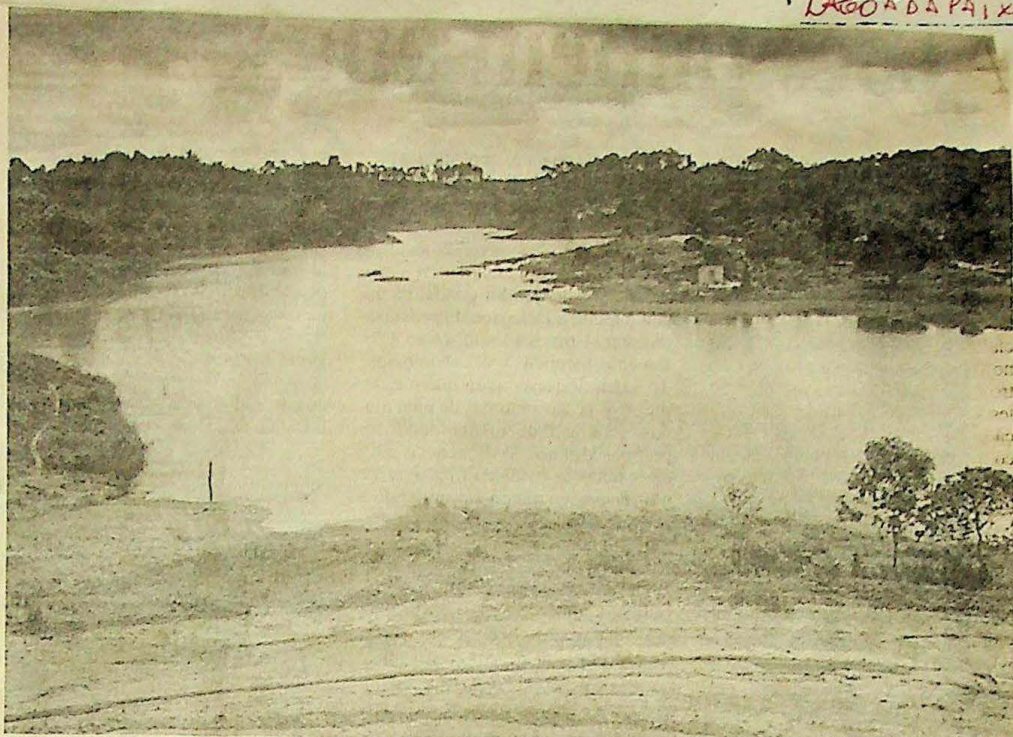


PMS	CPM	GEKIN
BIBLIOTECA		
Jornal		
A Tarde		
Data		
11.07.93		
Caderno	Página	
4	4	
Seção		
Assunto		
MEIO AMBIENTE		
LAGOA DA PAIXÃO		



Principal fonte de abastecimento do subúrbio, a Lagoa da Paixão sofre acentuado processo de assoreamento

Projeto da Urbis próximo à Lagoa da Paixão será submetido ao Cepram

Os empreendimentos imobiliários que a Urbis pretende construir nas imediações da Lagoa da Paixão deverão ser submetidos ao prévio licenciamento do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepram). Pelo menos é o que desejam 10 organizações não-governamentais, que encaminharam ontem documento com esse pedido ao secretário de Planejamento do estado e presidente do Cepram, Luiz Carreira. A Lagoa da Paixão, localizada em Fazenda Coutos, é a principal nascente do Rio do Cobre, que abastece a população do subúrbio ferroviário de Salvador e atravessa o Parque São Bartolomeu, em Pirajá.

A Urbis pretende construir o conjunto para 500 famílias na área onde atuavam ilegalmente empresas de mineração de material arenoso e que tiveram suas atividades embargadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), em maio passado. O

Centro de Recursos Ambientais (CRA) emitiu um parecer técnico, em 1995, favorável ao empreendimento imobiliário. "Este parecer não tem força legal de autorizar o empreendimento", protestou o advogado Rubens Sampaio, presidente da Comissão do Meio Ambiente da OAB-Bahia e um dos signatários do documento encaminhado ao presidente do Cepram. O advogado explicou que o parecer "é um pronunciamento opinativo" e que o licenciamento depende de um ato de "caráter deliberativo", ou seja, de uma licença ambiental ou de uma autorização ambiental, expedida pelo Cepram ou pelo CRA.

No documento, as entidades solicitam também a adoção de medidas para a recuperação e proteção ambiental da lagoa, onde vem ocorrendo um rápido processo de assoreamento (aterramento), devido à grande quantidade de material arenoso carregada pelas chuvas

para o espelho d'água. Pedem ainda o embargo ambiental da atividade de mineração na área de recarga da lagoa e a inclusão da nascente na poligonal do Parque São Bartolomeu. Outras questões levantadas no documento têm como alvo os desmatamentos e as poluições industriais e a causada por esgotos domésticos.

O documento foi assinado pelo antropólogo Jefferson Bacelar, diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, por Jair Gomes, presidente do CREA, Renato Cunha, do Gambá, Juca Ferreira, da Fundação Ondazul, Ana Lúcia Formigli, do Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, Antônio Mendes, presidente da Administração Regional de Valéria (AR-15), Albenice do Valle, conselheira da AR-16 (subúrbio ferroviário), César Correia, promotor de Justiça, e Maria Higina, presidentada Associação dos Engenheiros.